Brasil e EUA contra a pirataria

Alberto R. Gonzales, procurador-geral e secretário da Justiça dos EUA, em palestra no almoço da ABPI, exortou a parceria entre Brasil e EUA para combater a pirataria

Alberto R. Gonzales, procurador-geral e secretário da Justiça dos Estados Unidos, disse que teve conversas proveitosas e francas nos últimos dois dias com autoridades do governo e líderes da sociedade civil, e manifestou sua satisfação por encontrar o mesmo entendimento sobre tantas questões importantes para os povos do Brasil e dos Estados Unidos. Uma delas é a proteção dos direitos de propriedade intelectual, sobre a qual falou à ABPI. Sua vinda ao Brasil atende a intenção de ver o que está funcionando, tanto no Brasil como nos EUA, e o que juntos se poderá fazer a seguir.



Gustavo S. Leonardos e Alberto R. Gonzales.

Compuseram a mesa, presidida por Gustavo S. Leonardos: Alberto R. Gonzales, procurador-geral e secretário da Justiça dos EUA; Clifford M. Sobel, embaixador dos EUA no Brasil; Liliane Roriz, desembargadora federal, representando o presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, desembargador Frederico Gueiros; desembargador José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro; Régis Velasco Fichtner Pereira, secretário da Casa Civil do Estado do Rio de Janeiro; Julio Lopes, secretário dos Transportes do Estado do Rio de Janeiro; Marcelo Itagiba, deputado federal; e Diana Jungmann, representando a Confederação Nacional de Indústria - CNI. Estavam também presentes: Elizabeth Lee Martinez, cônsul-geral dos EUA no Rio de Janeiro; desembargadora Lilian Moreira Pinho, Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; procurador Eduardo André Lopes, Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro; Cyntia Merchant, da Phillip Morris; Rodrigo Thompson, Sindicado Nacional dos Técnicos da Receita Federal - Sindireceita; e Carlos Henrique de Carvalho Fróes, representando o presidente da Associação Paulista da Propriedade Intelectual - ASPI.

Preocupação internacional

Para o procurador-geral é consensual que a proteção da PI é uma preocupação internacional que exige cooperação e parceria que unam distâncias culturais e geográficas para a execução de metas comuns para nossos cidadãos e nossas economias. E, segundo seu entendimento, a parceria precisa incluir um compromisso mútuo para fazer valer os direitos de propriedade que constituem a base de nossa economia global dinâmica.

Gonzales entende que o momento é crucial na história da aplicação internacional dos direitos da PI. "As mudanças globais, tanto econômicas quanto tecnológicas, criaram desafios sem precedentes para esta tarefa", afirmou. "É da maior importância o trabalho conjunto para proteger a PI que nos ajuda a conduzir nossas economias e tem um efeito enorme na saúde e na segurança de nossos cidadãos, não podendo, portanto, ser ignorada."

A pirataria

"As pessoas ao redor do mundo aproveitam os frutos do trabalho de nossas comunidades criativas", pondera o palestrante, "no cinema, na música, em *softwares* comerciais, jogos de computador, roupas, peças automotivas ou até mesmo remédios. A tecnologia moderna dá aos detentores de PI oportunidades sem precedentes de distribuir suas obras a um

Alberto R. Gonzales

Nascido em San Antonio, no Texas, criado em Houston, Alberto R. Gonzales é formado pelas escolas públicas do Texas, pela Universidade de Rice e pela Escola de Direito de Harvard. Foi assessor jurídico geral do governador Bush por três anos, principal encarregado das eleições e principal elo do governo em assuntos do México e de fronteiras. Foi juiz da Suprema Corte do Texas, e nomeado assessor jurídico do presidente George W. Bush, antes de servir no Departamento de Justiça.

público internacional. Mas, na medida em que a demanda por esses produtos aumenta, os criminosos tentam lucrar com o trabalho árduo e a criatividade de terceiros, e a mesma tecnologia que possibilita a legítima distribuição disseminada aos consumidores também tornou relativamente fácil e barato vender produtos pirateados e falsificados em todo o mundo."

As organizações criminosas que se beneficiam do roubo de PI tornaram-se mais sofisticadas e organizadas. Elas se escondem nas sombras da economia para explorar qualquer deficiência de nossos esforços de fiscalização, e depois usam os resultados de seu roubo para financiar outros negócios ilícitos."

"Embora crimes como roubo de PI possam parecer inofensivos para alguns, basta imaginar", exemplifica Gonzales, "um paciente cardíaco passando por uma cirurgia de emergência em um hospital que, sem saber, comprou equipamento cirúrgico falsificado abaixo dos padrões. Ou um motorista de caminhão que compra pastilhas de freio falsificadas que comprometem sua capacidade de evitar um acidente. Ou um mecânico de avião que inconscientemente compra peças falsificadas para consertar um motor a jato."

Para demonstrar que a preocupação é mais do que hipotética, o palestrante citou casos ocorridos como o indiciamento pelo Departamento de Justiça de onze pessoas e de uma empresa sediada em Atlanta, acusadas de vender medicamentos falsificados pela Internet. Eram cerca de 24 drogas diferentes comercializadas por meio de anúncios em *e-mails* não solicitados. Em vez de versões genéricas seguras e autênticas desses medicamentos vitais, eram falsificações adulteradas, grosseiramente produzidas.

O que fazer?

Em sua opinião, há várias frentes de trabalho: fortalecer nossos esforços globais de fiscalização, garantir leis severas de PI, aumentar os recursos destinados à aplicação das leis de PI e trabalhar para aumentar o número de operações conjuntas entre os EUA e o Brasil. Melhorar a fiscalização, aumentar a conscientização e mudar a percepção e os comportamentos da população são medidas que demandam tempo e perseverança.

Falando em esforços, o procurador-geral elogiou o governo brasileiro e, em especial, o Conselho Nacional de Combate à Pirataria - CNCP por seu trabalho árduo e pela dedicação ao combate ao crime de PI.

Constatou que tem sido grande o número de apreensões nas fronteiras, de materiais que infringem os direitos autorais; são inúmeros os seminários públicos de conscientização antipirataria: a capacitação continua e há cada vez mais cooperação entre as autoridades responsáveis pela aplicação da lei em âmbito federal e estadual, a cooperação entre os setores privados de direito autoral e o CNCP. "Tudo isso é sinal de um governo que leva a sério a aplicação da lei", afirmou Alberto R. Gonzales.

Tolerância zero

Citou exemplo de trabalho conjunto de fiscalização entre Brasil e EUA, que permitiu desmantelar organizações envolvidas no crime de propriedade intelectual nos dois continentes americanos. Outro caso foi a descoberta pelo FBI de um cidadão brasileiro que estava ilegalmente copiando e disponibilizando pela Internet o *software* de uma pequena empresa americana. Utilizando contatos com órgãos de aplicação da lei no Brasil, o Departamento de Justiça e o FBI forneceram informações que resultaram em batida, busca e prisão do cidadão brasileiro. Esse tipo de operação conjunta de aplicação da lei, na visão do procurador-geral, ajuda a enviar a mensagem clara de que "nem o Brasil



Da esquerda para a direita: Régis Velasco Fichtner Pereira, secretário da Casa Civil do Estado do Rio de Janeiro, desembargador José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Gustavo S. Leonardos, presidente da ABPI, e Alberto R. Gonzales, procurador-geral e secretário da Justiça dos EUA.



Da esquerda para a direita: Clifford M. Sobel, embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Marcelo Itagiba, deputado federal, Julio Lopes, secretário dos Transportes do Estado do Rio de Janeiro, Liliane Roriz, desembargadora federal, e Diana Jungmann, representando a Confederação Nacional de Indústria - CNI.

nem os EUA tolerarão crimes de PI em qualquer lugar do mundo".

"Com a tecnologia aumentaram os riscos", explicou "reagimos criando uma força-tarefa de PI em 2004. Essa força tarefa inclui autoridades do alto escalão e está encarregada de analisar como o Departamento aplica a lei e protege os direitos de PI. Em conseqüência do trabalho dessa força-tarefa, houve aumento em todo o país do número de promotores especialmente treinados para lidar com crimes de PI. No ano passado, isso resultou em aumento de 98% no número de réus processados judicialmente por delitos contra a PI. E trabalhamos com o nosso Congresso para preencher lacunas em nossas leis de PI e reforçar as penalidades para os infratores."

Em agosto foi desbaratada uma operação envolvendo um *site* de pirataria de *softwares* na Flórida, segundo sua narrativa. As vendas ilegais no *site* resultaram em prejuízos de quase US$ 20 milhões para os proprietários de direitos autorais. Após declarar-se culpado no tribunal federal, o chefe do esquema foi condenado a seis anos de prisão e ao pagamento de uma indenização de mais de US$ 4 milhões. Além disso, a operação confiscou uma variedade inacreditável de bens comprados com os lucros desse crime, inclusive três aviões, um helicóptero, um Lamborghini, e outros carros esportes, um barco e uma ambulância.

Ameaça global

Na visão do procurador-geral, no entanto, a rigorosa aplicação da lei e capacitação em âmbito interno não são suficientes para combater de modo eficaz essa ameaça global, cada vez maior. Para ele, é imperativo que os países trabalhem em conjunto para garantir a aplicação rigorosa da lei no mundo todo. "Não deve haver abrigo seguro para transgressores da lei de PI. Com essa finalidade, nossa divisão criminal trabalhou com promotores em âmbito nacional e internacional para proteger os direitos dos detentores de PI e aplicar a lei", afirmou.

Simultaneamente, os promotores do Departamento de Justiça prestaram assistência técnica e forneceram capacitação em investigações e processos referentes à PI para mais de 3.300 promotores investigadores e juízes estrangeiros em 107 países e estão capacitando mais pessoas todos os dias. O Departamento de Justiça encabeçou nos últimos dois anos as duas maiores ações internacionais de aplicação da lei já realizadas com sucesso contra a pirataria de *software on-line*. A Operação FastLink e a Operação Site Down juntas envolveram mais de dezesseis países nos cinco continentes, inclusive o Brasil.

Essas operações dirigidas pelos EUA realizaram de forma sincronizada duzentos mandados de busca, o confisco de centenas de computadores e centrais ilegais de distribuição *on-line* e a retirada de mais US$ 100 milhões em *software*, jogos, filmes e músicas de canais de distribuição ilegal. Como resultado dessas duas operações, mais de oitenta réus nos EUA foram condenados por crimes de violação de direitos autorais e as ações continuam.

Um promotor regional especializado

"Na economia global cada vez mais conectada, somente a aplicação da lei coordenada em âmbito internacional será suficiente", afirmou o palestrante, que argumenta que desenvolver ações transnacionais exige uma rede de contatos com órgãos locais de aplicação da lei, e disse ter percebido o enorme benefício de posicionar um promotor altamente capacitado em PI em um país parceiro para trabalhar com seus colegas estrangeiros responsáveis pela aplicação da lei e prestar-lhes assistência nos aspectos complexos e singulares relativos à proteção da PI. "Para formar equipes internacionais para travar essa batalha", disse Gonzales, "enviamos um promotor federal experiente ao Sudeste da Ásia para servir como coordenador de fiscalização da Propriedade Intelectual (IPLEC) e mandaremos outro promotor para a Europa Oriental em breve."

Disse ainda que agora está analisando modos de colocar um coordenador na América do Sul para se concentrar em atividades de aplicação da lei de PI em toda essa região. "A nosso ver, ter essa espécie de promotor experimentado na região seria um grande benefício como recurso para nossos governos e como ligação vital, à medida que continuamos nossos esforços de cooperação para a aplicação da lei."

"Nos EUA", afirmou, "nosso aviso aos criminosos que procuram lucrar com a PI de cidadãos e empresários honestos e trabalhadores é claro: os EUA estão dedicando mais recursos de aplicação da lei - inclusive promotores e investigadores do Departamento de Justiça - do que jamais antes para fiscalizar os direitos de PI. Individualmente, tanto os EUA quanto o Brasil devem ter regimes severos de aplicação da lei em âmbito interno, e eu aplaudo os esforços do Brasil em aumentar sua capacidade nessa área. Mas não podemos e não devemos trabalhar sozinhos. Nossos órgãos responsáveis pela aplicação da lei devem trabalhar em conjunto para impetrar processos em casos de pirataria internacional."



A primeira palestra da ABPI em 2007 do procurador-geral dos EUA foi das mais concorridas.

Íntegra do discurso do procurador-geral e secretário da Justiça dos EUA, Alberto R. Gonzales, na ABPI, dia 9 de fevereiro de 2007

Good afternoon.

I am glad to be here with you in Rio de Janeiro and to have had the opportunity yesterday and today to speak with my Brazilian colleagues about the many issues that connect our two countries. This is my first trip to this unique city, and in my short time here I have begun to understand how it earned its reputation for spectacular beauty.

Over the past two days I have had fruitful and candid discussions with government officials and civic leaders, and I am pleased that we share a common understanding of so many issues of importance to the people of Brazil and the United States.

One of those issues, the one I'm here to talk about today, is the protection of intellectual property rights.

As everyone here today knows, IP protection is undeniably an international concern. It requires cooperation and a partnership that bridges cultural and geographic distances to achieve common goals for our citizens and our economies. And I am here to say that this partnership must include a mutual commitment to enforce the intellectual property rights that form the foundation of our dynamic global economy.

I want to talk a little today about the nature of the issue as I see it; what we've seen working, in both Brazil and the United States; and what I think we can do next, together.

We are at a critical time in the history of international IP rights enforcement. Global changes, both economic and technological, have created unprecedented challenges to this task. It is therefore paramount that we continue to work together to protect intellectual property. IP helps drive our economies, and it has too great an effect on the health and safety of our citizens to be ignored.

People around the world enjoy the fruits of the hard work of our creative communities –be it in movies, music, business software, computer games, clothing, automobile parts, or even medicines. Modern technology gives IP owners unprecedented opportunities to distribute their works to a worldwide audience.

But as demand for these products increases, criminals will attempt to profit from the hard work and creativity of others. And the same technology that allows for legitimate widespread distribution to consumers has also made it relatively easy and inexpensive to peddle pirated and counterfeit products around the world.

Resourceful criminals can use the Internet to violate both trademark and copyright laws by creating and selling products, such as software, that appear to be legitimate, but are not.

And criminal organizations benefiting from IP theft have become more sophisticated and more organized. They hide in the economic shadows to exploit any weakness in our enforcement efforts, and then use the proceeds of their theft to finance other criminal enterprises.

While crimes like IP theft may appear harmless to some, the reality can be terrible. Criminals who manufacture and sell counterfeit products can pose a substantial risk to the health and safety of our citizens. Imagine a heart patient undergoing emergency surgery at a hospital that unknowingly purchased substandard counterfeit surgical equipment. Or a truck driver who buys counterfeit brake pads that jeopardize his ability to avoid an accident. Or worse yet, an aircraft mechanic who unknowingly buys fake parts to repair a jet engine.

Our concern is more than hypothetical. In one case last September, the Department of Justice announced the indictment of eleven individuals and an Atlanta-based company on charges related to a scheme to sell fake drugs over the internet.

According to the indictment, the defendants in that case marketed approximately 24 different drugs through spam email advertisements. While customers expected to get safe and authentic generic versions of these vital drugs, they instead got adulterated fakes that had been crudely made in an unsanitary house in Belize.

We have seen the real and tangible consequences of IP theft as it steals business from honest merchants, defrauds innocent customers, and undermines our values of competition and creativity. This underground economy costs legitimate businesses billions of dollars every year -and causes significant harm to the economies of both the United States and Brazil.

What can our respective law enforcement authorities do about this problem? In my view, our work must proceed on several fronts. We must strengthen our global enforcement efforts, ensure strong intellectual property laws, increase resources devoted to IP law enforcement, and work to increase the number of joint U.S.-Brazil operations.

I know that everyone here understands the importance of these efforts and I would like to commend the Brazilian government, and especially the CNCP, for their hard work and dedication in combating intellectual property crime. Improving enforcement, raising awareness, and changing public perception and behaviors all take time and perseverance. There is much work to be done, but I am heartened by the progress that has been made so far.

Seizures of infringing copyrighted materials at the borders have been high, public seminars on anti-piracy awareness are numerous, training continues, and there is growing cooperation between Brazilian law enforcement authorities at the federal and state levels. I am especially glad to see a substantial amount of cooperation between the copyright private sectors and the CNCP. All of these are signs of a government that takes IP law enforcement seriously.

And we are not without examples of joint enforcement work between the United States and Brazil. Recent cooperative efforts highlight how, working together, we can dismantle criminal organizations engaged in intellectual property crime on both American continents.

During one operation, the FBI discovered that a Brazilian citizen was illegally copying and posting to the internet the software of a small U.S. company. Utilizing Brazilian law enforcement contacts developed

during bilateral IP consultations, the Department of Justice and FBI were able to supply detailed information that resulted in a raid, search, and arrest of the Brazilian citizen.

This type of joint law enforcement operation helps send a clear message that neither Brazil nor the United States will tolerate intellectual property crime anywhere in the world.

In the United States, we have been working hard on this issue as well. We have long recognized the importance of preserving IP rights and we have made their protection a law enforcement priority. We are waging an aggressive and successful campaign against intellectual property crime on multiple fronts.

As technology has increased the stakes, we have responded, establishing a Task Force on Intellectual Property in 2004. This Task Force includes high-level officials and is charged with reviewing how the Department enforces and protects IP rights. As a result of the Task Force's work, we have increased our capacity to address IP theft and preserve the rights of intellectual property owners in a number of ways.

We have increased the number of prosecutors across the country specially trained to handle IP crimes. Last year this resulted in a 98 percent increase in the number of defendants prosecuted for intellectual property offenses. And we've worked with our Congress to close loopholes in our IP laws and strengthen penalties for offenders.

In one important case last August, we disrupted a Florida operation running a software piracy website. Illegal sales through the site resulted in losses to the copyright owners totaling nearly $20 million. After pleading guilty in federal court, the leader of the scheme was sentenced to six years in prison and was ordered to pay restitution of more than $4 million. In addition, the operation forfeited a staggering variety of assets purchased with the profits of its crime, including three airplanes, a helicopter, a Lamborghini and other sports cars, a boat, and an ambulance.

The stiff sentence in this case shows modern-day pirates that we take these crimes seriously. We have organized victims conferences to educate the public on ways to seek help from the government; and we're targeting America's youth to make sure they understand that IP theft is harmful and illegal.

But strong domestic enforcement and education is not enough to effectively combat this growing global threat. It is imperative that countries work together to ensure strong enforcement worldwide. There can be no safe havens for intellectual property criminals.

To that end, our Criminal Division has worked with prosecutors throughout the United States and internationally to protect the rights of IP owners and to enforce the law. In fact, last year alone Department of Justice prosecutors provided training and technical assistance on IP investigations and prosecutions to over 3,300 foreign prosecutors, investigators, and judges in 107 countries. And we're training more every day.

In addition, over the past two years, the Department of Justice has successfully led the two largest international enforcement actions ever undertaken against online software piracy. Operation FastLink and Operation Site Down together involved more than 16 countries across five continents, including Brazil.

These U.S.-led operations synchronized the execution of more than 200 search warrants, the confiscation of hundreds of computers and illegal online distribution hubs, and the removal of more than $100 million worth of software, games, movies, and music from illicit distribution channels. More than 80 defendants in the U.S. have been convicted of criminal copyright infringement crimes as a result of these two operations, and our efforts are continuing.

The list of countries participating in these efforts is long, and we are committed to building on these successes and achieving even greater global cooperation in the future. In the increasingly connected global economy, nothing short of this type of coordinated international enforcement effort will suffice.

Developing transnational cases requires a network of law enforcement contacts on the ground. And we have seen a tremendous benefit from placing a highly trained IP prosecutor in a partner country to work with and assist foreign law enforcement counterparts in the complex and unique aspects related to protecting intellectual property.

In building international teams to fight this battle, we have deployed an experienced federal prosecutor to Southeast Asia to serve as an Intellectual Property Law Enforcement Coordinator, or IPLEC, and we will be sending another prosecutor to Eastern Europe in the coming months.

We are now also exploring ways to put another coordinator in this region in the near future to focus on IP enforcement activities throughout South America. We think that having this kind of experienced prosecutor in the region would be a great asset...as a resource for both of our governments and as a vital liaison as we continue our successful cooperative enforcement efforts.

And yesterday I pledged to work with my counterparts here in Brazil to continue their leadership efforts in focusing on the tri- border region.

In the United States, our message to criminals who seek to profit from the intellectual property of honest and hard-working citizens and businesses is clear: The U.S. is devoting more of its law enforcement resources – including Justice Department prosecutors and investigators – than ever before to the enforcement of IP rights.

During this trip, I've encouraged my law enforcement colleagues in Brazil to do the same.

Individually, both the United States and Brazil must have strong domestic enforcement regimes, and I support and applaud Brazil's efforts to increase its capacity in this area. But we cannot, and must not, work alone. Our law enforcement agencies must work together to develop and prosecute international piracy cases.

The digital age has created a borderless world for large criminal conspiracies -so our law enforcement efforts must be global and borderless as well. Every member of the global economy has a responsibility to keep counterfeit goods out of the marketplace.

By building on our successful cooperative efforts, we can turn the tide in our battle against intellectual property crime and the criminal organizations that profit from it. And we can help to ensure a just and prosperous future for both Brazil and the United States.

Thank you, again, for the opportunity to be with you today.